



24-28 setembro, São Paulo – Brasil

Reunião da rede SciELO - Grupo de Trabalho 1

O ontem, hoje e amanhã da Rede SciELO

SciELO Portugal

Lisboa, 31 agosto 2018



1. Apresentação da coleção SciELO Portugal

A adesão de Portugal à Plataforma SciELO teve o seu início em 2002 através do então Observatório das Ciências e das Tecnologias do ex-Ministério da Ciência e Tecnologia, e pretendeu dar cumprimento à sua missão de divulgação da produção científica portuguesa.

Neste sentido, o projeto SciELO Portugal representa a adesão de Portugal à rede SciELO internacional e disponibiliza uma biblioteca eletrónica diversificada abrangendo um conjunto de publicações com peer-review, de diferentes domínios científicos, com o objetivo de promover as revistas científicas portuguesas e difundir mundialmente a produção científica nacional de qualidade.

Numa primeira fase, foram implementados os requisitos técnicos, a equipa teve formação sobre a metodologia SciELO e foi selecionado o primeiro conjunto de revistas científicas passíveis de inclusão na coleção portuguesa. Para o processo de seleção das revistas, o ex-OCT desenvolveu em conjunto com a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) a constituição de um painel de investigadores e professores universitários, repartido por três grandes domínios científicos: Ciências Exatas, da Engenharia e Tecnologias; Ciências Naturais e da Saúde; e, Ciências Sociais e Humanas. Este painel, com o apoio da FCT e do ex-OCT, analisou os critérios formais da SciELO e as suas condições de aplicabilidade às revistas editadas em Portugal.

Uma vez encontrado o primeiro grupo de revistas científicas e resolvidos todos os problemas e constrangimentos técnicos, o site SciELO Portugal ficou disponível em Março de 2005.

Durante dois anos, a coleção portuguesa foi avaliada segundo os “Critérios para a certificação de Sites SciELO: critérios, política e procedimentos para a classificação e certificação dos sites da Rede SciELO”. Em Maio de 2007, tendo atendido aos critérios estabelecidos, foi-lhe concedida a certificação como coleção em operação regular dentro da Rede SciELO.

Desde a sua implementação, o projeto tem acompanhado as várias reformulações ao nível dos organismos do Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo-se constituído como objetivo dos posteriores Observatório da Ciência e Ensino Superior (OCES), Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) e, atualmente, Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC).

Ao longo destes treze anos, tem-se assegurado que o projeto SciELO Portugal cumpra os requisitos de gratuidade, do crescimento sustentado, diversidade e fiabilidade dos conteúdos divulgados, bem como da manutenção de reconhecidos padrões de qualidade científica da sua coleção. Para Portugal este projeto reveste-se de extrema importância. Por um lado, pela divulgação a nível mundial de revistas científicas que apenas teriam visibilidade nacional, dando projeção aos nossos investigadores e artigos científicos. Por outro, pela contribuição para um ambiente propício à melhoria da qualidade das revistas científicas, na sua forma e conteúdo, através da aplicação de critérios de avaliação de qualidade.

Na comunidade científica nacional a plataforma SciELO é também tida como uma referência, existindo uma procura permanente de revistas interessadas em integrar a coleção e um aumento constante nos acessos à plataforma.

A coleção SciELO Portugal iniciou-se com 5 revistas científicas e conta agora com 63 revistas indexadas (46 títulos correntes; 17 títulos não-correntes), 1.501 fascículos, 16.909 documentos e 267.942 referências bibliográficas citadas, abrangendo várias áreas científicas.

As vantagens de estar indexado numa plataforma internacional e em acesso aberto são sobretudo mensuráveis através dos dados disponíveis na própria plataforma (<https://analytics.scielo.org/w/accesses?collection=prt>). Os acessos mensais à SciELO Portugal chegam a ultrapassar os 500.000. Podemos ainda verificar que, ao longo dos últimos 3 anos, a revista mais consultada teve mais de 1.400.000 acessos e o artigo mais consultado 81.726 acessos¹. Esta notória visibilidade jamais seria alcançada pelos meios de publicação tradicionais.

Apesar da contribuição principal da SciELO para um periódico ser sem dúvida o aumento da sua visibilidade, valerá a pena também reconhecer o seu papel no aumento da qualidade das revistas científicas portuguesas.

¹ Dados disponíveis em <https://analytics.scielo.org> e <http://www.scielo.mec.pt>. Consulta efetuada a 13 de julho de 2018.

Comité Consultivo

O Comité Consultivo SciELO Portugal foi constituído em 2006 e contou com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia na identificação de várias personalidades de reconhecido mérito científico em diversas áreas do conhecimento.

A constituição do Comité variou entre 9 e 12 elementos, regendo-se por um regulamento próprio e reunindo duas vezes por ano.

Nas referidas reuniões, os membros do Comité avaliam as novas candidaturas à coleção e reavaliam, a cada dois anos, as revistas que já a integram. O seu principal objetivo é assegurar a qualidade científica da coleção e o cumprimento dos critérios estabelecidos internacionalmente.

Desde a sua constituição foram avaliadas 142 revistas científicas, das quais 92 foram aprovadas.

2. Breve descrição do sistema nacional de ciência e tecnologia

O Sistema de Investigação e Inovação (I&I) em Portugal, nas duas décadas anteriores, mostrou um notável crescimento com a redução do fosso que o separava da média da União Europeia na componente de investigação e exibindo uma evolução favorável na componente de inovação. Tal processo teve suporte em três dimensões: a formação avançada de investigadores no país e no estrangeiro, com um crescimento extremamente significativo do número de doutorados; o crescimento significativo do financiamento público das atividades de I&D; e a forte internacionalização do Sistema de I&I.

Como resultado, verificou-se a expansão e transformação da base científica e tecnológica do sistema português de I&I e uma aproximação às médias europeias, assistindo-se também a um crescimento significativo da produção científica nacional, sendo Portugal, entre 2005 e 2015, um dos países da União Europeia em que o número de publicações indexadas na Web of Science por milhão de habitantes mais cresceu, tendo em 2015 alcançado mais de 21.000² publicações. No entanto, continua a verificar-se um baixo número de patentes portuguesas, quando comparadas com os valores dos países europeus.

² Fonte: DGEEC - Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência; *InCitesTM* (2016), *Clarivate Analytics*. Dados atualizados em novembro de 2016

Ao longo das últimas duas décadas, consolidaram-se duas tendências que marcaram o panorama da publicação científica. Por um lado, acelerou-se o processo de transição do físico para o digital, com a esmagadora maioria das revistas a passarem a ser publicadas exclusivamente em formato digital. Simultaneamente, generalizou-se a adoção do acesso aberto por parte das revistas publicadas por entidades não comerciais. Estas duas tendências foram facilitadas e alavancadas em iniciativas nacionais (ou derivadas de iniciativas internacionais) tais como o Scielo, o SARC³, do RCAAP⁴, ou a plataforma *openedition Journals*⁵, institucionais e locais (como as impensas universitárias), ou associativas ou comunitárias (sociedades científicas).

3. Políticas nacionais sobre as revistas científicas

Nos últimos anos tem-se assistido a um movimento crescente de adoção de políticas de acesso aberto por parte de agências públicas de financiamento de I&D. Resumidamente estas políticas definem que todas as publicações resultantes de projetos de I&D financiados devem ser publicadas de forma a que possam ser acedidas sem custos ou restrições. Também a Comissão Europeia tem vindo a lançar recomendações no mesmo sentido com destaque para a recomendação de 17 de julho de 2012⁶ e do conselho europeu adotadas em 27/05/2016⁷.

Por outro lado, o Governo e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior definiram como prioridade o compromisso da ciência com os princípios e práticas da Ciência Aberta, estando empenhados na elaboração e implementação de uma Política Nacional de Ciência Aberta assente no enunciado de que o “Conhecimento é de Todos e para Todos”. A Ciência Aberta é mais do que a disponibilização em acesso aberto de dados e publicações, representa a abertura do processo científico enquanto um todo, reforçando o conceito de responsabilidade social científica.

Tem como pilares i) a transparência nas práticas, metodologia, observação e recolha de dados, ii) a disponibilização pública e reutilização de dados científicos, iii) o acesso

³ Serviço de Alojamento de Revistas Científicas <http://projeto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/sobre-o-rcaap/servicos/sarc>

⁴ Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal <http://projeto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/sobre-o-rcaap/enquadramento>

⁵ <https://journals.openedition.org/>

⁶ Comunicação *Towards better access to scientific information: Boosting the benefits of public investments in research*, e *Recommendation on access to and preservation of scientific information*.

⁷ A transição para um regime de ciência aberta, <http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-9526-2016-INIT/pt/pdf>

público e a transparência na comunicação científica, iv) a utilização de ferramentas baseadas na web de forma a facilitar a colaboração científica.

Nos seus princípios orientadores, publicados em fevereiro de 2016, uma das metas a curto prazo estabelecia o apoio à definição de políticas pelas editoras e revistas científicas nacionais relativamente ao auto arquivo em repositórios institucionais e registo das mesmas na base de dados internacional SHERPA/RoMEO, por todas as revistas de organismos tutelados pelo MCTES.

4. O papel da coleção SciELO no sistema nacional de ciência e tecnologia

A nível nacional, a Plataforma SciELO foi pioneira na disponibilização de revistas científicas de qualidade em acesso aberto e na disponibilização de estatísticas sobre as mesmas, permitindo o acompanhamento do seu desempenho nos moldes de sistemas de impacto da produção científica.

A divulgação a nível mundial de revistas científicas que apenas teriam visibilidade nacional deu projeção aos nossos investigadores e artigos científicos, contribuindo para uma melhoria do sistema de ciência e tecnologia. A SciELO teve ainda particular importância na divulgação da produção científica em língua portuguesa e potenciou a colaboração internacional junto da comunidade científica da América Latina, Caribe e Espanha.

Por outro lado, a aplicação de critérios bem definidos para a seleção das revistas e o assegurar do seu cumprimento tem como consequência a emergência de novos padrões de qualidade, as revistas evoluem de forma marcante na qualidade e profissionalismo. A evolução das revistas da coleção SciELO é notória e destaca-se o seguinte: aumento de submissão de artigos, sobretudo de autores da América Latina; adoção de licenças Creative Commons; introdução do DOI; indexação no DOAJ; adoção de sistemas de gestão editorial; aumento da sensibilização e rigor na forma de apresentar a afiliação dos autores e as referências bibliográficas. Toda esta evolução contribui significativamente para aumentar a sua visibilidade, acessibilidade, uso, impacto e credibilidade.

Em 2014, o lançamento do SciELO Citation Index integrado na Plataforma Web of Science da Clarivate Analytics representou mais um avanço notável na internacionalização e reconhecimento das revistas científicas nacionais e na

disponibilização de indicadores bibliométricos. Este foi sem dúvida um marco muitíssimo importante para o sistema científico nacional.

5. O funcionamento da coleção SciELO Portugal

Até 2012, todo o trabalho relacionado com a metodologia SciELO era assegurado pela DGEEC. No entanto, sendo reconhecida a importância de assegurar a atualização e crescimento da coleção SciELO Portugal, em 2012 passaram a ser os editores a assegurar a limpeza do html e a marcação dos textos das suas revistas. A equipa SciELO aposta no investimento contínuo na formação dos editores e mantém da sua responsabilidade as tarefas de controlo de qualidade, conversão e geração do site.

Atualmente, a coleção SciELO Portugal trabalha ainda com o formato HTML/SGML para a submissão de artigos científicos, verificando-se a necessidade de progressão para o formato XML de forma a permitir a modernização e o crescimento em qualidade da coleção.

No seguimento de orientações estratégicas definidas pela tutela da área governativa da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a coleção SciELO Portugal inicia neste momento um novo ciclo no seu crescimento, o qual envolverá, entre outros aspetos, uma gradual transição da gestão do projeto da DGEEC para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT). A FCT é, atualmente, o principal organismo público responsável pelo financiamento e avaliação de atividades de Ciência em Portugal. Esta transição tem como primeira etapa a passagem para a FCT da responsabilidade de coordenação científica da coleção, consubstanciada nas tarefas de coordenação do Comité Consultivo SciELO Portugal. As tarefas de gestão técnica do projeto e de comunicação com as revistas científicas continuarão, para já, a ser asseguradas pela equipa da DGEEC. A passagem das referidas tarefas para a FCT faz parte da segunda etapa deste processo de transição e deverá ocorrer gradualmente ao longo dos próximos dois anos.

6. A adoção das linhas prioritárias de ação.

De uma forma geral, a modernização das plataformas editoriais, quer pela adoção de formatos e protocolos que promovam a interoperabilidade entre os sistemas, quer pela integral adoção de conceitos, práticas e procedimentos associados à ciência

aberta, permitirão simplificar e otimizar a eficiência do processo editorial, mais concretamente a gestão do ciclo de vida editorial das revistas científicas, com benefícios para todos os participantes, incluindo as próprias revistas, maximizando a sua presença na web e a sua visibilidade e impacto.

Os processos de gestão editorial e de publicação online de conteúdos científicos podem beneficiar da adoção e introdução de diversos mecanismos automatizados. A intervenção em cada um dos momentos do processo editorial (submissão, revisão e publicação) permitirá criar automatismos, melhorar a eficácia e eficiência dos processos, aligeirar os tempos globais desde a submissão à publicação e, conseqüentemente, permitir uma otimização dos custos.

Assim, os desafios para os próximos anos centram-se na necessidade em garantir que a coleção SciELO possa continuar a crescer com qualidade, tendo por base uma oportunidade atual de sinergias e economias de escala, e que se poderão traduzir essencialmente em três linhas de intervenção:

- A primeira relacionada com a modernização tecnológica da plataforma SciELO, ou seja, garantir a atualização do serviço SciELO de acordo com as diretivas centrais e de integração com as novas normas da comunidade. De referir a necessidade de adaptação às necessidades de Ciência Aberta, tais como open peer review ou o open annotations bem como os novos paradigmas de relacionamento com o cidadão e o uso de formatos e protocolos reconhecidos internacionalmente, nomeadamente na adoção do formato XML;
- Promover a integração da coleção SciELO numa Plataforma integrada, ou seja, num ecossistema de gestão das revistas que permitirá simplificar, integrar e tornar coerente a oferta atual de plataformas para a gestão do ciclo de vida (submissão, revisão, publicação) editorial de todas as revistas científicas nacionais. Da mesma forma, garantir a preservação das revistas em formato digital;
- Alteração da estrutura operacional a nível nacional - da DGEEC para a FCT, como referido anteriormente - levando a novas oportunidades, nomeadamente em termos de sinergias e economias de escala, de possibilidades de financiamento e de participação na integração desejada em termos de publicação e acesso a revistas científicas, essencial para o desenvolvimento do sistema científico nacional.

Apesar da vontade política e do empenho institucional pela modernização do universo da edição digital nacional, o desenvolvimento e implementação destas medidas, que se espera que possam avançar em 2019, estará sempre sujeito à variável “recursos”, nomeadamente financeiros e humanos, que poderá provocar alguns ajustes em termos temporais.